

ANALISTA - ÁREA 2 CRÉDITO E FINANÇAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o tema da **REDAÇÃO** e os enunciados das 60 (sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Questões Objetivas	Nº das Questões	Valor por questão	Total
Conhecimentos Básicos			
Língua Portuguesa	1 a 10	1,00 ponto	35,00 pontos
Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	11 a 15		
Ética no Serviço Público	16 a 20		
Inovação	21 a 35		
Conhecimentos Específicos	36 a 60	2,00 pontos	50,00 pontos
Redação	-	-	25,00 pontos

b) 1 folha para o desenvolvimento da **REDAÇÃO**, capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - A **REDAÇÃO** deverá ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

05 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

06 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

07 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

08 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DE REDAÇÃO É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

REDAÇÃO

Leia os fragmentos transcritos abaixo:

“A vida privada é um importante ramo de pesquisa histórica praticada no mundo todo. Temas como vestuário, trabalho doméstico, tipos de alimentação, hábitos à mesa, higiene, a intimidade no quarto revelam costumes e valores de uma época. Portanto, historiadores brasileiros também são afetados pelas restrições atuais.

[...]
Os artistas da Procure Saber estão confundindo biografia com bisbilhotice de revistas de fofoca, às quais eles abrem prazerosamente suas casas para mostrar a beleza de seus móveis, decorações, piscinas, quartos. O trabalho dos biógrafos é outro: buscar a essência de seu personagem, com todas as suas contradições e complexidades. Entender isso é fundamental para se avançar na discussão.” (Jason Tércio, jornalista)

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/biografias-as-raizes-da-controversia-10701869>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

“Nunca quisemos exercer qualquer censura. Temos o dever de buscar nossos direitos. Sem censura prévia. Sem a necessidade de que se autorize por escrito quem quer falar de quem quer que seja. Não negamos que esta vontade de evitar a exposição da intimidade, da nossa dor, ou da dor dos que nos são caros, em dado momento nos tenha levado a assumir uma posição mais radical.” (Associação Procure Saber)

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed771_procure_saber_agora_se_diz_contra_censura_previa>. Acesso em: 24 nov. 2013.

A partir do que está exposto nos textos acima e baseado em seus próprios conhecimentos e opiniões, redija um texto dissertativo-argumentativo em que exponha seu posicionamento acerca da **oposição entre o direito à informação da população e o direito à intimidade de pessoas públicas**.

No desenvolvimento do tema, o candidato deverá:

- a) demonstrar domínio da escrita padrão;
- b) manter a abordagem nos limites da proposta;
- c) redigir o texto no modo dissertativo-argumentativo (não serão aceitos textos narrativos nem poemas, nem cópia de texto alheio);
- d) demonstrar capacidade de seleção, organização e relação de argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista.

Apresentação da redação

- a) O texto deverá ter de 25 a 30 linhas, mantendo-se no limite de espaço para a Redação.
- b) O texto definitivo deverá ser passado para a Folha de Redação (o texto da Folha de Rascunho não será considerado), com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta e em letra legível.
- c) A Redação não deve ser identificada, por meio de assinatura ou qualquer outro sinal.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

5 A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão
10 está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

15 Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que
20 os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

25 Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

30 Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência – atenção! –, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
35 O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

40 É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis
45 demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de

Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura,
50 do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

60 Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos.
65 Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

70 As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida,
75 disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das
80 sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.
90

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica-das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

1 De acordo com o autor, a preservação do direito à diferença pelo Estado, pretendida pela Declaração dos Direitos Humanos, não se realiza na atualidade pelo seguinte aspecto:

- (A) degradação dos valores morais consolidados pelas famílias
- (B) reações violentas dos jovens à censura promovida pela ação policial
- (C) caráter acentuado do isolamento pessoal em redes sociais
- (D) exercício do poder econômico em reforço ao individualismo
- (E) aumento do encaminhamento dos conflitos por vias judiciais

2

No quarto parágrafo, o emprego da primeira pessoa do singular ressalta o seguinte aspecto:

- (A) reivindica estatuto de obra literária.
- (B) reforça autoridade do autor para tratar do tema.
- (C) atribui caráter meramente histórico à enunciação.
- (D) confere um tom confessional reiterado no texto.
- (E) destaca isolamento do autor em relação à posição majoritária.

3

Considere o emprego do verbo em destaque, na frase abaixo.

“O cidadão (**note** o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão.” (l. 35-36)

No texto, esse verbo tem o papel de

- (A) sugerir polêmica
- (B) indicar objetividade
- (C) marcar interlocução
- (D) garantir veracidade
- (E) expressar informalidade

4

No contexto do primeiro parágrafo, a palavra **argentários** tem o sentido de

- (A) milionários
- (B) insensíveis
- (C) invasivos
- (D) autoritários
- (E) vigilantes

5

Uma palavra do texto cuja terminação reforça a intenção crítica é

- (A) institucional (l. 6)
- (B) publicamente (l. 13)
- (C) pecuniárias (l. 43)
- (D) agressividade (l. 64)
- (E) policialesco (l. 71)

6

A frase que resume o ponto de vista do autor sobre a polêmica central tratada pelo texto é:

- (A) “A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil.” (l. 5-7)
- (B) “É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar.” (l. 40-41)
- (C) “No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências.” (l. 46-48)
- (D) “A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.” (l. 73-75)
- (E) “Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo.” (l. 81-84)

7

Substituindo-se o complemento verbal destacado pelo pronome oblíquo correspondente, observa-se um caso de próclise obrigatória em:

- (A) “aquelas que acolheram **os princípios do Estado Democrático de Direito**” (l. 8-9)
- (B) “Em 2008, escrevi **um artigo** para celebrar os 60 anos da declaração” (l. 24-25)
- (C) “fabricam **os espaços da literatura, do econômico, do político**” (l. 54-55)
- (D) “A vigilância deve adquirir **aquela solidez própria da turba enfurecida**” (l. 73-74)
- (E) “Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram **o bloqueio**” (l. 84-85)

8

O artigo definido em destaque tem papel de estabelecer retomada de expressão já citada anteriormente no texto em:

- (A) ““Num país em que **a** Justiça é caolha, não dá para liberar geral”” (l. 2-3)
- (B) ““O desprezo e **o** desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros”” (l. 16-18)
- (C) “Naquela ocasião, percebi claramente que **os** fantasmas dos traumas” (l. 25-26)
- (D) “Segundo **a** declaração, são consideradas intoleráveis as interferências” (l. 29-30)
- (E) “**O** presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu” (l. 41-42)

9

Considere o adjunto adnominal destacado abaixo.

“a mais alta aspiração do homem **comum**” (l. 22-23)

Esse termo assume, no contexto, o papel de indicar o sentido de

- (A) generalização
- (B) depreciação
- (C) especificação
- (D) contradição
- (E) exaltação

10

Na linha 11 do texto, o emprego dos dois-pontos tem o propósito de

- (A) retificar uma informação fornecida no parágrafo.
- (B) ratificar o ponto de vista defendido no trecho.
- (C) explicar as razões constantes no código jurídico referido.
- (D) introduzir uma avaliação a respeito do tema.
- (E) detalhar o conteúdo de um termo expresso anteriormente.

LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

Text

GIVE PEOPLE AUTONOMY

Giving people control over what they are doing makes them work harder.

by Susan Weinschenk, Ph.D. in Brain Wise

In a previous blog post I wrote that one of the best ways to motivate people is to stimulate a desire for mastery – and that breaking things into small pieces and showing progress through the pieces encourages the desire for mastery. Another tip for stimulating the desire for mastery is to give people autonomy. When people feel that they have some control over what they are doing and how they do it, then their desire for mastery increases. They will then be motivated to continue and keep learning. If people feel that they don't have any control or autonomy, then they lose the desire to learn and do more – they may lose the desire to master whatever task you are asking them to do. Here's an example: Let's say that you have created a language learning app. The desire for mastery will be automatically in play if the person wants to learn a language. However, if you want people to continue using the app, and use it frequently and often, then you have to do more than just present lessons in the app. One way to further stimulate the desire for mastery, is to give them some control over how they use the app. You can provide different types of exercises and interactions, such as listening, writing, or speaking the language, and let them choose which exercises and activities they need or want, and in what order to do them. If they feel they have control over how quickly they go through the lessons, which ones they repeat, which activities to engage in, and in what order, then they will be more motivated to keep learning. What do you think? Have you tried giving autonomy to keep people motivated?

Available at: <<http://www.psychologytoday.com/blog/brain-wise/201310/give-people-autonomy>>. Retrieved on: Oct. 15th 2013. Adapted

11

- The main idea defended by the author in the text is that
- (A) the desire for mastery is encouraged when things are broken into small pieces.
 - (B) people tend to feel more motivated when they are given more autonomy in their tasks.
 - (C) language learning apps encourage people to learn more.
 - (D) people's desire for mastery diminishes when they are given more autonomy.
 - (E) language learning is always very challenging.

12

- The expression of the text "another tip" (line 5) suggests that the author
- (A) presented a tip before.
 - (B) presented two tips before.
 - (C) has never presented any tip.
 - (D) presents a tip by the first time.
 - (E) wrote about suspending people's autonomy.

13

- In the sentence of the text: "They will then be motivated to continue and keep learning" (lines 9-10), the pronoun **they** refers to
- (A) people in general.
 - (B) people who have a job.
 - (C) people who don't have a job.
 - (D) language students.
 - (E) students at the university.

14

- In the fragments of the text: "they **may** lose the desire to master whatever task you are asking them to do" (lines 12-13) and "then you **have to** do more than just present lessons in the app" (lines 18-19), the verb forms in bold express the ideas, respectively, of
- (A) ability/ intention
 - (B) necessity/ probability
 - (C) possibility/ necessity
 - (D) possibility/ habit in the present
 - (E) intention/ necessity

15

- In the sentence of the text: "However, if you want people to continue using the app, and use it frequently and often, then you have to do more than just present lessons in the app" (lines 17-19), the connector **However** can be replaced, without any change in meaning, by
- (A) Therefore
 - (B) Moreover
 - (C) Furthermore
 - (D) Nevertheless
 - (E) What is more

11

Según el texto, la petición de cambio en las leyes europeas tuvo como razón la(s)

- (A) fragilidad de los salvamentos de los armadores.
- (B) muerte y el desaparecimiento de diversos inmigrantes.
- (C) necesidad de impedir la llegada de los africanos.
- (D) 1500 personas ya fallecidas en el Mediterráneo.
- (E) sanciones sufridas por los marinos somalíes y eritreos.

12

El mapa presentado en el texto tiene como objetivo

- (A) representar datos estadísticos específicos.
- (B) plantear ideas recién introducidas.
- (C) captar detalles repetidamente citados.
- (D) facilitar la visualización de datos espaciales.
- (E) analizar informaciones ya presentadas.

13

De acuerdo con el texto de Abad,

- (A) el Consejo Europeo de los Refugiados, ECRE, llama la atención de la Unión Europea a asumir la responsabilidad acerca del aumento del acceso de inmigrantes que son perseguidos en la Unión Europea.
- (B) la embajada de Italia en Trípoli ha sido una herramienta fundamental para evitar la tragedia en ese local; sin embargo, la legislación italiana penaliza la solidaridad de personas que ayudan a salvar inmigrantes.
- (C) las ONG europeas, la agencia FRONTEX y el ACNUR nos recuerdan que las personas que han salvado, necesitan igualmente preocupación, protección, seguridad y control para que tengan posibilidad de encontrar asilo.
- (D) las legislaciones libanesas sostienen el bloqueo de fronteras de Europa, no permiten acceso a la solicitud de asilo en las embajadas, además de impedir el reasentamiento de los inmigrantes.
- (E) algunos países, como Alemania, Suiza, Suecia, Austria, Finlandia, Canadá, Estados Unidos y España están comprometidos con el programa de reasentamiento de 100% de los refugiados que están en Europa.

14

“Christopher Hein, del Consejo Italiano para los Refugiados, señala que hay que dejar de lamentarse y hay que actuar, **la situación es catastrófica**” (líneas 57-59)

El fragmento destacado se puede sustituir, sin perjuicio del sentido, por:

- (A) a menudo la situación es catastrófica.
- (B) aunque la situación es catastrófica.
- (C) pues la situación es catastrófica.
- (D) siempre que la situación es catastrófica.
- (E) sin embargo la situación es catastrófica.

15

El trozo del texto que **NO** presenta la opinión del enunciador es:

- (A) “Estamos hablando de personas que sufren persecución y deben ser beneficiarias, por derecho, de la protección que establece la ley. Se trata de las víctimas de la guerra y del hambre” (líneas 19-22)
- (B) “Los responsables son ciertamente las legislaciones que sostienen el bloqueo de fronteras de Europa y que no permiten ningún acceso a la solicitud de asilo ni en embajadas ni mediante el reasentamiento, que penaliza la solidaridad y criminaliza a las personas que aspiran a la supervivencia” (líneas 28-34)
- (C) “La embajada italiana en Trípoli habría sido una herramienta fundamental para evitar esta tragedia” (líneas 63-65)
- (D) “FRONTEX clama por las vidas que ha salvado, pero necesita una coordinación más desarrollada en la preocupación por la solidaridad y la protección y no solo con la seguridad y el control” (líneas 74-77)
- (E) “Hay acciones posibles que pueden sustituir los lamentos y salvar vidas” (líneas 83-84)

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16

Robert Nozick, no livro *Anarquia, Estado e Utopia*, declara que

Os indivíduos têm direitos e há coisas que nenhuma pessoa ou grupo lhes pode fazer (sem violar os seus direitos). Estes direitos são de tal maneira fortes e de grande alcance que levantam a questão do que o Estado e os seus mandatários podem fazer, se é que podem fazer alguma coisa.

O Estado pode justificar-se moralmente para aqueles que conceituam sua função a partir da noção de “Estado Mínimo”, o que implica, fundamentalmente, a(o)

- (A) promoção de políticas públicas de assistência aos mais necessitados
- (B) promoção de bem-estar social
- (C) garantia das liberdades fundamentais
- (D) violação sistemática da constituição
- (E) monopólio da violência

17

Aristóteles define duas espécies de justiça: uma relativa à aplicação de penas e estabelecimento de compensações; e outra que cuida da distribuição dos bens e das honras.

Essas duas espécies de justiça recebem o nome, respectivamente, de

- (A) reparadora e distributiva
- (B) legítima e ilegítima
- (C) vingadora e reguladora
- (D) receptora e doadora
- (E) amenizadora e intensificadora

18

Roberto Da Matta, em *Considerações sócio-antropológicas sobre a ética na sociedade brasileira* (Informe de consultoria apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento), declara que

Quando falamos de ética como instrumento de gestão, não podemos deixar de convidar a sociedade como um todo, para o programa de reformas.

Roberto Da Matta teceu o comentário acima em 2001, após entrevistar os membros da Comissão de Ética Pública instalada em Brasília como parte de modernização do Estado brasileiro.

Em relação à implementação de programas de ética na gestão pública, essa declaração significa que a(s)

- (A) ética diz respeito apenas à esfera federal.
- (B) ética envolve a participação de todas as esferas sociais.
- (C) verdadeira mudança no comportamento ético é impossível.
- (D) verdadeira mudança no comportamento ético tem de envolver o Estado.
- (E) mudanças comportamentais dependem de incentivos.

19

A existência do Código de Ética, tal como publicado no Decreto nº 1.171/1994, tem como objetivo fomentar no servidor público federal uma adesão

- (A) refletida, expressando uma livre escolha.
- (B) irrefletida, demonstrando sua fé pública de modo emocional.
- (C) irrestrita às normas do Código, independente de seus interesses pessoais ou de considerações acerca desse.
- (D) forçada, uma vez que ele pode receber sanções e penalidades se infringir o Código.
- (E) convicta, de modo a subordinar o Código às suas posições ideológicas e partidárias.

20

A Comissão de Ética Pública (CEP) e suas atribuições foram explicitadas no Decreto nº 6.029/2007, tendo como uma das suas competências

- (A) ser uma comissão ética relativa ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, valendo-se de preceitos éticos diferentes dos que são apresentados no Código do Servidor Federal, do Decreto nº 1.171/1994.
- (B) tratar das questões disciplinares que não envolvem o Código de Ética do Servidor Público Federal.
- (C) servir como conselho consultivo ao Senado e ao Congresso em relação às questões éticas dos servidores públicos.
- (D) coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão de Ética Pública do Poder Executivo Federal.
- (E) oferecer caráter propriamente punitivo às demais Comissões de Ética das entidades e órgãos federais.

INOVAÇÃO

21

A empresa W é beneficiária do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes) regido pela Lei nº 11.196/2005. No referido regime, em caso de venda ou de importação de bens novos destinados ao desenvolvimento, no País, de *software* e de serviços de tecnologia da informação, fica suspensa a exigência de uma contribuição incidente sobre a receita bruta da venda no mercado interno, no caso de os referidos bens serem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Repes para serem incorporados ao seu ativo imobilizado.

Nessa situação, **NÃO** é exigida a contribuição

- (A) profissional
- (B) previdenciária
- (C) para o PIS/Pasep
- (D) sobre o Lucro Líquido
- (E) de intervenção no domínio econômico

22

A empresa YY, reconhecida por suas atividades inovadoras na área empresarial, busca informações sobre incentivos fiscais existentes no Brasil. Nos termos da Lei nº 11.196/2005, para efeito de apuração do lucro líquido, a pessoa jurídica poderá deduzir as despesas de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Tais despesas deduzidas são classificadas como

- (A) ordinárias
- (B) especiais
- (C) econômicas
- (D) operacionais
- (E) extraordinárias

23

Os recursos relacionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) poderão, nos termos da Lei nº 11.540/2007, ser aplicados de forma reembolsável nas seguintes modalidades:

- (A) Subvenção econômica para empresas
- (B) Equalização de encargos financeiros nas operações de crédito
- (C) Projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimos
- (D) Financiamentos de despesas de capital para projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT)
- (E) Financiamentos de despesas correntes para projetos de cooperação entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e empresas

24

O empregado J pertence aos quadros de determinada Instituição Científica e Tecnológica (ICT) vinculada à administração pública. Sua instituição realizará atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia com entidades privadas.

Interessado em participar dessas atividades, J recebeu a informação de que, nos termos da Lei nº 10.973/2004, ele

- (A) deve licenciar-se do emprego para assumir a função de pesquisador.
- (B) tem possibilidade de acumular sua remuneração com bolsa de pesquisa de agência de fomento.
- (C) pode participar livremente, percebendo exclusivamente sua remuneração do emprego.
- (D) pode exercer a função de pesquisador quando a acumulação remunerada decorrer da assunção de cargo de chefia.
- (E) pode dedicar-se ao projeto e ao emprego caso ocorra compatibilidade de horários.

25

Participando de projeto regido pela Lei nº 10.973/2004, a empresa R é considerada criadora de tecnologia inovadora.

Nos termos da referida legislação, R terá assegurada, no concernente aos ganhos econômicos decorrentes da exploração do seu invento, a participação mínima correspondente a:

- (A) 1%
- (B) 2%
- (C) 3%
- (D) 4%
- (E) 5%

26

Um inventor independente deseja que os seus inventos sejam usufruídos pela sociedade.

Nos termos da Lei nº 10.973/2004, para que seus inventos sejam analisados por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), deve ser comprovado o

- (A) projeto de pesquisa aprovado
- (B) testemunho de originalidade
- (C) depósito do pedido de patente
- (D) registro na Biblioteca Nacional
- (E) reconhecimento da autoria intelectual

27

Nos termos da Lei nº 11.540/2007, em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Finep exercerá a função de

- (A) Presidência
- (B) Vice-Presidência
- (C) Superintendência
- (D) Diretoria Geral
- (E) Secretaria-Executiva

28

Nos termos da Lei nº 11.540/2007, para atender às operações reembolsáveis e de investimento, os empréstimos do FNDCT à Finep devem atender a algumas condições.

Uma dessas condições diz respeito aos juros remuneratórios equivalentes à(ao)

- (A) Taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC)
- (B) Taxa de Juros aplicada às cadernetas de poupança
- (C) Taxa de Juros calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)
- (D) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)
- (E) Índice da Construção Civil (ICC)

29

Nos termos do Manual de Oslo – Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica –, a atividade de uma empresa que cessa antes da implementação da inovação é considerada

- (A) finda
- (B) deserta
- (C) abandonada
- (D) frustrada
- (E) suspensa

30

Pretendendo realizar estudo em sua empresa sobre inovação, após realizar rápida pesquisa, um funcionário verifica que duas famílias básicas de indicadores de Ciência e Tecnologia (C&T) são diretamente relevantes para a mensuração da inovação, sendo uma delas, nos termos do Manual de Oslo, as

- (A) projeções inovadoras
- (B) pesquisas abertas
- (C) pesquisas de mercado
- (D) referências científicas
- (E) estatísticas de patentes

31

De acordo com o Manual de Oslo, podem ser identificados quatro tipos de inovação, sendo um deles a

- (A) organizacional
- (B) comercial
- (C) industrial
- (D) estamental
- (E) registral

32

Nos termos do Manual de Oslo, os estoques de confiança social, valores e normas das empresas estão relacionados ao

- (A) instituto social
- (B) capital social
- (C) modelo comunitário
- (D) governo democrático
- (E) método participativo

33

O Manual de Oslo apresenta propostas e diretrizes para a coleta e a interpretação de dados sobre inovação tecnológica. De acordo com esse Manual, a introdução de um bem ou de um serviço novo ou significativamente melhorado, no que concerne às suas características ou aos usos previstos, é considerada uma inovação

- (A) evolutiva
- (B) organizacional
- (C) de *marketing*
- (D) de processo
- (E) de produto

34

O Manual de Frascati define algumas atividades que o termo pesquisa e o desenvolvimento experimental (P&D) abrangem. Entre as atividades definidas, há uma que consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos, principalmente, com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular.

Tal atividade é a(o)

- (A) pesquisa básica
- (B) pesquisa estratégica
- (C) pesquisa de desenvolvimento
- (D) educação e formação
- (E) desenvolvimento básico

35

No Manual de Oslo, preconiza-se que

- (A) o treinamento em métodos existentes de produção para novos empregados e os cursos de idiomas são atividades de inovação institucional.
- (B) o desenvolvimento de serviços não é classificado como pesquisa e desenvolvimento experimental – P&D –, mesmo no caso de resultar em um novo conhecimento.
- (C) o desenvolvimento de *softwares* é classificado como P&D e envolve a realização de avanços científicos e tecnológicos e/ou a resolução de incertezas científicas e tecnológicas em uma base sistemática.
- (D) o desenvolvimento e a implementação de novos métodos de *marketing*, mesmo que não utilizados anteriormente pela empresa, não devem ser considerados como atividades de inovação.
- (E) a P&D intramuros compreende toda pesquisa e desenvolvimento experimental gerados no interior da empresa e exclui a aquisição de bens de capital diretamente relacionados com a P&D.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

A taxa de retorno esperada de um projeto de investimento a ser realizado por certa empresa é de 20% ao ano. Para financiar o gasto de investimento, a empresa decide fazer um empréstimo ao custo de 10% ao ano, aumentando a proporção de endividamento sobre o capital próprio no seu passivo.

Essa decisão da empresa acarreta várias consequências em relação ao que ocorreria caso financiasse o gasto com capital próprio. Entre essas consequências **NÃO** se encontra o(a)

- (A) aumento dos encargos financeiros da empresa.
- (B) aumento do retorno esperado sobre o capital próprio da empresa.
- (C) aumento da variância do retorno sobre o capital próprio da empresa.
- (D) diminuição do valor dos tributos pagos pela empresa.
- (E) diminuição da taxa de retorno esperada do projeto de investimento.

37

As relações entre os haveres e as obrigações de curto prazo de uma empresa fundamentam o cálculo dos índices de liquidez, visando à avaliação da situação da empresa.

Entre as relações listadas abaixo, a única considerada um índice de liquidez é a:

- (A) (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)
- (B) (Empréstimos e Financiamentos) / (Patrimônio Líquido)
- (C) (Juros Totais a Pagar) / (Vendas Totais)
- (D) (Lucro Operacional) / (Vendas Totais)
- (E) (Receita Operacional Líquida) / (Ativo Total)

38

Um pesquisador testa uma hipótese sobre o valor de um parâmetro da distribuição de probabilidades que descreve a população da qual extraiu uma amostra. O pesquisador define uma estatística S a ser usada no teste, bem como as hipóteses nula H_0 e alternativa H_1 .

Nesse contexto de teste estatístico, verifica-se que o(a)

- (A) erro do tipo I consiste em aceitar H_0 quando H_0 for falsa.
- (B) erro do tipo II consiste em rejeitar H_0 quando H_0 for verdadeira.
- (C) nível de significância estatística do teste é a probabilidade de cometer o erro do tipo II.
- (D) região crítica ou de rejeição é o conjunto de valores de S cuja ocorrência levaria à rejeição de H_0 .
- (E) soma da probabilidade do erro do tipo I com a probabilidade do erro do tipo II é igual a 1.

39

Dois projetos de investimentos diferentes implicam gastos iniciais iguais, seguidos de uma sequência de recebimentos em períodos posteriores. Ambos os projetos têm a mesma taxa interna de retorno de 10% por período.

Deduz-se que, necessariamente, os dois projetos têm o(a) mesmo(a)

- (A) período de retorno do capital investido
- (B) valor presente líquido à taxa de desconto de 5% por período
- (C) valor presente líquido à taxa de desconto de 10% por período
- (D) prazo total até o término
- (E) sequência de recebimentos nos períodos posteriores aos gastos iniciais

40

As variáveis Y e X são relacionadas deterministicamente segundo a expressão matemática $Y = 0.6 X$. Uma pessoa escolhe vinte valores diferentes para X e calcula os Y correspondentes pela expressão $Y = 0.6X$.

O coeficiente de correlação entre os valores de X e os correspondentes valores de Y é igual a

- (A) 0.3
- (B) $(0.3)^{0.5}$
- (C) 0.6
- (D) $(0.6)^{0.5}$
- (E) 1.0

41

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece os procedimentos de finanças públicas a serem seguidos, visando ao planejamento e à transparência das ações governamentais.

Essa lei

- (A) é aplicável à União e ao Distrito Federal, apenas.
- (B) é aplicável aos Estados e aos Municípios, apenas.
- (C) é aplicável ao Poder Executivo, apenas.
- (D) impõe limites e condições a respeito da renúncia de receitas pelos governos.
- (E) determina as despesas de capital para o próximo exercício financeiro.

42

Um dos riscos típicos associados a uma instituição financeira é o risco operacional.

Esse risco pode ser considerado decorrente de

- (A) uso de processos e controles internos inadequados.
- (B) redução da qualidade como devedor de algum tomador de empréstimos.
- (C) variação distinta de preços de ativos ou passivos, devido a sensibilidades diferentes a mudanças no mercado.
- (D) inadimplência dos tomadores de empréstimos.
- (E) alteração no valor de mercado do portfólio de títulos de renda fixa da instituição.

43

Um novo investimento X é acrescentado a uma carteira preexistente de investimentos. Embora o risco de X (medido pelo desvio padrão do seu retorno), considerado isoladamente, seja mais elevado que o da carteira preexistente, o risco dessa carteira diminuiu consideravelmente após o acréscimo do novo investimento.

Uma explicação possível para essa diminuição é a de que X tem

- (A) retorno correlacionado negativamente com o da carteira preexistente.
- (B) desvio padrão de retorno menor que o da carteira preexistente.
- (C) valor total menor que o da carteira preexistente.
- (D) retorno esperado positivo.
- (E) retorno esperado negativo.

44

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), considere as afirmativas a seguir.

- I - O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo do SFN.
- II - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma instituição financeira não monetária.
- III - A Taxa de Juros Selic é uma taxa de referência para as operações com títulos públicos federais.
- IV - A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é usada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na formação do custo de seus empréstimos.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas
- (B) II e III, apenas
- (C) I, II e III, apenas
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

45

Há várias condições que ampliam o risco de crédito de uma instituição financeira e que, portanto, devem ser consideradas e controladas para mitigar esse risco.

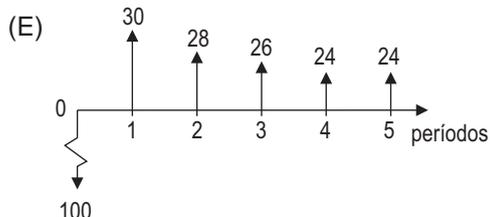
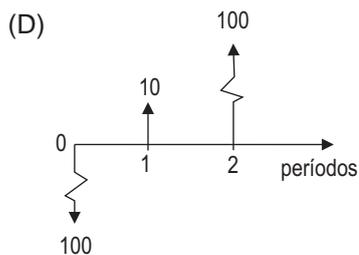
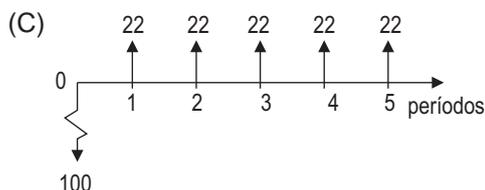
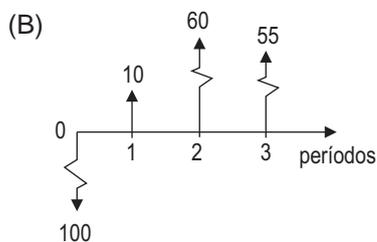
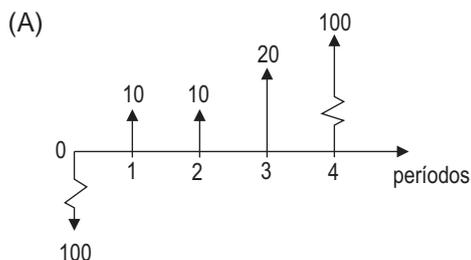
Dentre as condições listadas a seguir, todas ampliam esse risco, **EXCETO**:

- (A) A falta de entendimento adequado sobre a operação do tomador de empréstimos.
- (B) A falta de conhecimento sobre as variações futuras nas condições econômicas globais.
- (C) A concessão de créditos para empresas ou indivíduos econômica e financeiramente correlacionados.
- (D) A instabilidade das fontes dos recursos captados pela instituição financeira.
- (E) O acompanhamento inadequado da evolução do tomador de empréstimos.

46

Os diagramas abaixo representam diferentes fluxos financeiros. Em cada diagrama, a seta para baixo, a partir da linha horizontal, representa um gasto, em reais, do valor escrito junto à flecha; similarmente, as setas para cima representam uma receita em reais correspondente ao valor junto à flecha.

O único fluxo financeiro, cuja taxa interna de retorno é exatamente 10% por período (taxa de juros compostos), é o



47

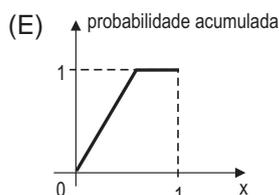
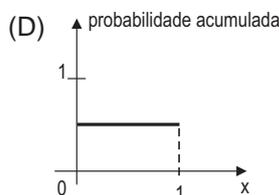
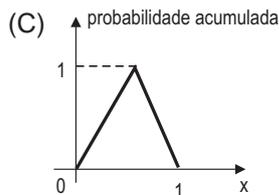
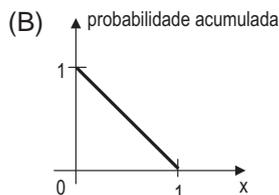
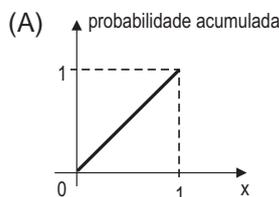
As metas e as prioridades da Administração Pública Federal para o exercício financeiro seguinte, inclusive no que diz respeito às mudanças tributárias e às despesas de capital, são estabelecidas, anualmente, pela Lei de

- (A) Metas Prioritárias
- (B) Responsabilidade Fiscal
- (C) Diretrizes Orçamentárias
- (D) Plano Plurianual
- (E) Planejamento Estratégico

48

As Figuras abaixo mostram os gráficos de diversas funções que deveriam representar a distribuição acumulada de probabilidade de uma variável aleatória contínua X . Essa variável X assume valores no intervalo fechado $[0, 1]$, segundo uma distribuição uniforme.

Constata-se que o gráfico correspondente à distribuição acumulada de X é o da Figura



O enunciado a seguir deve ser usado para responder às questões de nºs 49 e 50.

Abaixo são apresentadas estatísticas das notas brutas obtidas pelos candidatos em um concurso público:

Média aritmética: 78
Variância: 100

A nota de cada candidato foi transformada em nota padronizada, calculada considerando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Nota padronizada} = 50 + 5 \times \frac{[\text{Nota bruta do candidato} - \text{Média aritmética das notas brutas}]}{\text{Desvio padrão das notas brutas}}$$

49

A média das notas padronizadas é

- (A) 0
- (B) 28
- (C) 50
- (D) 55
- (E) 78

50

A variância das notas padronizadas é

- (A) 25
- (B) 50,5
- (C) 52,5
- (D) 55
- (E) 75

51

Uma frota de veículos de mesmo modelo de uma empresa foi abastecida com o mesmo tipo de combustível. Para saber se há relação entre a distância percorrida em quilômetros pelo veículo e a quantidade de combustível gasto em litros, ajustou-se o modelo de regressão linear simples

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \varepsilon$$

onde Y = quantidade de combustível gasto em litros e X = distância percorrida em km

Os resultados obtidos foram:

	Coefficientes estimados	Erro padrão	Estatística t	P-valor	IC(95%)
Constante	4,86	0,269	18,06	0,00	[4,33;5,39]
Distância (km)	0,08	0,001	84,17	0,00	[0,08;0,09]

Com base nos resultados acima, tem-se que:

- (A) Não há evidências estatísticas suficientes para rejeitar as hipóteses $H_0 : \beta_0 = 0, H_0 : \beta_1 = 0$ ao nível de 5%.
- (B) Apenas a $H_0 : \beta_0 = 0$ é rejeitada ao nível de 5%.
- (C) Apenas a $H_0 : \beta_1 = 0$ é rejeitada ao nível de 5%.
- (D) A reta estimada é $\hat{Y} = 0,08 + 4,86 X$.
- (E) Os coeficientes estimados são todos significativos ao nível de 5%.

52

Foi realizado um estudo com o objetivo de avaliar se o tempo que o café moído fica estocado afeta seu aroma. Em cada uma das sessões de avaliação sensorial, duas amostras foram obtidas ao acaso e os avaliadores atribuíram uma pontuação à amostra.

Sejam as variáveis: X = Tempo de Estocagem, Y_1 = Pontuação Média da Amostra 1 e Y_2 = Pontuação Média da Amostra 2. A matriz de variância e covariância está representada abaixo.

	X	Y_1	Y_2
X	140	-7,4	-8,6
Y_1	-7,4	0,5	0,4
Y_2	-8,6	0,4	0,6

Sendo assim, qual é o coeficiente de correlação, aproximado, entre o X e o Y_1 ?

- (A) -0,5
- (B) -0,88
- (C) -1
- (D) 0,5
- (E) 0,88

53

A Constituição Federal em vigor, com relação ao orçamento público, **NÃO** preconiza o seguinte:

- (A) o orçamento público revela as prioridades e programas de ação da Administração Pública, conjugando as necessidades e os interesses dos três poderes.
- (B) o orçamento público é lei em sentido formal que prevê as receitas públicas e autoriza os gastos públicos, sem criar direitos subjetivos e sem modificar as leis financeiras e tributárias.
- (C) o orçamento público é considerado essencialmente por seu conteúdo contábil e técnico, materializando-se em um documento de ordem financeira, adequando-se, em segundo plano, aos interesses da população.
- (D) o orçamento público atual tem duas funções precípuas: a política e a econômica, sendo a primeira forma de controle da Administração Pública quanto à execução de despesas no período e limites estabelecidos em lei, e a segunda traduz-se na necessidade do equilíbrio econômico do orçamento, evitando-se o excesso de endividamento público.
- (E) o orçamento público, sob o aspecto jurídico, se materializa através da lei orçamentária anual; da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do plano plurianual.

54

O Acordo de Basileia é um tratado de intenções entre os bancos centrais no sentido de estabelecer regras prudenciais mínimas para as atividades bancárias.

Essas regras dizem respeito ao

- (A) limite máximo de crédito a pessoas físicas e jurídicas que não ofereçam garantias suficientes.
- (B) limite máximo de captação junto ao público de depósitos excessivamente voláteis.
- (C) limite mínimo para o *spread* bancário cobrado nas operações de empréstimo.
- (D) requisito mínimo de patrimônio, tendo em vista o total e a qualidade dos ativos do banco.
- (E) requisito mínimo de captação de recursos governamentais por parte do banco.

55

A entidade que celebrar convênio de natureza financeira que tenha por objeto a execução de projeto de responsabilidade de órgão da Administração Pública Federal está sujeita à prestação de contas final.

Essa prestação de contas deverá

- (A) estar acompanhada dos documentos que vierem a ser solicitados pelo chefe do órgão gestor.
- (B) ser guardada, obrigatoriamente, pelo contador, no caso de contabilidade terceirizada, dentro do prazo legal.
- (C) ficar arquivada pelo prazo de 10 anos, podendo o prazo ser estendido por igual período.
- (D) ter sua regularidade ou irregularidade decidida pelo órgão ou entidade concedente.
- (E) ter seu prazo estendido até 30 dias após o término da vigência do convênio.

56

As três estratégias competitivas genéricas, decorrentes da interação entre os tipos básicos de vantagem competitiva e o escopo das atividades de uma empresa são: a liderança de custo, a diferenciação e o enfoque.

Assim, uma empresa com estratégia de

- (A) diferenciação seleciona para atender apenas a um segmento da indústria, ou, no máximo, a um pequeno grupo de segmentos.
- (B) liderança de custo procura tornar-se o produtor de custo mais baixo da sua indústria, ampliando o leque de produtos para usufruir economias de escopo.
- (C) enfoque procura ser a única empresa com certos atributos valiosos e importantes para todos os compradores da indústria.
- (D) liderança de custo tem a menor variedade possível de produtos para aproveitar as economias de escopo.
- (E) diferenciação vende um produto padrão, sem maquiagem ou variedades especiais.

57

Ao realizar uma transferência de recursos para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com a qual a União havia celebrado um convênio, utilizou-se um banco privado. Todos os pagamentos efetuados tiveram a identificação do beneficiário final e o depósito efetuado em conta de sua titularidade.

Analisando-se essa situação, verifica-se que

- (A) a União não pode celebrar convênios com OSCIP.
- (B) a transferência se deu na forma prescrita na Legislação Federal.
- (C) o beneficiário poderá indicar qualquer conta de sua titularidade para o recebimento dos pagamentos, desde que separe essas rubricas das demais operações efetuadas.
- (D) os pagamentos à OSCIP não poderiam ser realizados através de instituição financeira privada.
- (E) os pagamentos efetuados não precisam ter beneficiário identificado, pois a Constituição Federal garante o sigilo bancário.

RASCUNHO



58

O Decreto nº 6.170/07, art. 2º, traz algumas vedações quanto à celebração de convênios e contratos de repasse.

Dentre essas vedações, encontra-se a seguinte:

- (A) A entidade privada sem fins lucrativos não poderá celebrar convênio com órgão ou entidade pública (concedente), que tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- (B) O conceito de dirigente é aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos, mesmo que não detenha qualquer nível de poder decisório.
- (C) Uma proposta de emenda parlamentar com valor inferior a R\$ 100.000,00 pode ser cadastrada no SICONV.
- (D) As entidades privadas sem fins lucrativos estão dispensadas de atender ao princípio da impessoalidade na aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos da Administração Pública federal.
- (E) Os órgãos e as entidades concedentes ou contratantes em nenhuma hipótese poderão incluir o nome dos inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

59

As transferências de recursos da União ocorrem mediante a utilização de convênios e contratos de repasse.

Em relação à definição de itens relativos a esse tema, considere as afirmativas a seguir.

- I - Contrato de repasse é um instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão da administração pública federal direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza.
- II - Termo de cooperação é um instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.
- III - Convênio é um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) III, apenas
- (D) I e II, apenas
- (E) I, II e III

60

Antes de celebrar contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, a União deverá fazer um chamamento público para selecionar os projetos ou as entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

Em relação à chamada pública, considere as afirmativas a seguir.

- I - A chamada pública deverá estabelecer critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica e à capacidade operacional do conveniente para a gestão do convênio.
- II - O dirigente máximo da entidade da Administração Pública Federal poderá, mediante decisão fundamentada, excepcionar a exigência da chamada pública para a realização de programas de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer sua segurança.
- III - O Ministro de Estado poderá excepcionar a exigência da chamada pública nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que demande a realização ou manutenção de convênio ou contrato de repasse pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.
- IV - À chamada pública, inclusive quanto ao seu resultado, deverá ser dada publicidade, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas
- (B) I, II e III, apenas
- (C) I, III e IV, apenas
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

RASCUNHO

